

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLIII

**Elogio histórico do Académico
Justino Mendes de Almeida**

ARTUR ANSELMO



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2022

Elogio histórico do Académico Justino Mendes de Almeida

ARTUR ANSELMO

Na Academia das Ciências, a tradição do Elogio Histórico dos académicos de número remonta a 1814 (completam-se agora dois séculos): os primeiros sócios elogiados, em sessão adequada, foram Frei Manuel do Cenáculo, falecido precisamente nesse ano, e o seu confrade João de Sousa, braço direito de Cenáculo no pioneirismo dos estudos arabistas em Portugal. Nas décadas seguintes, além dos elogios históricos dos fundadores da Academia (o Duque de Lafões e o Abade Correia da Serra), evocaram-se aqui figuras de relevo como Garrett, Castilho ou Herculano, e, no século XX, um Egas Moniz, um Júlio Dantas, um Gago Coutinho ou um Vitorino Nemésio, para referir apenas os nomes de quatro sócios que muito prestigiaram a Academia das Ciências já em nossos dias.

Nos termos do artigo 36.º, alínea g), dos actuais Estatutos da Academia, os sócios-efectivos devem “proferir o *elogio histórico* dos académicos em cuja cadeira sucedem, ou quando para isso sejam designados pela classe a que pertencem”. Cabe-me a honra de ter sucedido a Justino Mendes de Almeida na cadeira n.º 1 da Classe de Letras, razão pela qual se decidiu organizar a presente sessão evocativa.

Ao longo dos últimos 150 anos, a cadeira n.º 1 da Classe de Letras (antiga cadeira n.º 21 da numeração contínua, estabelecida quando a Academia tinha apenas 40 sócios-efectivos, número que é hoje de 70) foi ocupada, sucessivamente, por José Maria Latino Coelho, Francisco Inácio Silveira da Mota, José de Sousa Monteiro, Francisco Teixeira de Queiroz, José Leite de Vasconcelos, Francisco Rebelo Gonçalves, Mário Martins e Justino Mendes de Almeida.

Latino Coelho (1825-1891) entrou muito jovem para a Academia: o seu nome aparece mencionado pela primeira vez numa acta académica de 8 de Maio de 1855. Desdobrando-se constantemente em novas iniciativas do maior interesse cultural, foi durante muito tempo secretário-geral. Biógrafo de grandes figuras históricas (como Camões, Fernão de Magalhães, Vasco da Gama, Garrett,

Castilho) a sua formação militar permitiu-lhe escrever a *História Política e Militar desde os Fins do Século XVIII até 1814*. A Academia editou o seu estudo sobre a *Oração da Coroa*, de Demóstenes, que traduziu.

Silveira da Mota (1836-1907), jurista especializado em Direito Penal, foi animador de várias revistas de cultura, como o *Arquivo Universal*, estudioso da Inquisição e colaborador assíduo dos trabalhos lexicográficos da Academia.

José de Sousa Monteiro (1846-1909), versado em questões diplomáticas decorrentes da presença portuguesa na Índia, festejado autor teatral, dedicou-se com tanta energia às iniciativas da Academia, sobretudo ao projecto do *Questionário Ortográfico* elaborado por Gonçalves Viana, que viria a suceder ao omnipresente Latino Coelho no cargo de secretário-geral.

Teixeira de Queiroz (1848-1919), o ficcionista das séries “Comédia do Campo” e “Comédia Burguesa”, foi o primeiro presidente da Academia depois da implantação do regime republicano (durante a monarquia, a presidência competia a uma figura de sangue real, geralmente o próprio rei).

Leite de Vasconcelos (1858-1941) foi, nas Ciências Humanas, talvez o mais sábio dos investigadores do seu tempo. Fundador e principal animador de publicações de prestígio internacional, como a *Revista Lusitana* e *O Arqueólogo Português*, quase nunca publicava um trabalho científico sem primeiro o apresentar numa sessão académica. A famosa *Etnografia Portuguesa* teve aqui o seu começo.

Rebello Gonçalves (1907-1982), admitido na Academia apenas com 27 anos, consagrou boa parte da sua vida académica à publicação do *Vocabulário Ortográfico* de 1945, instrumento de trabalho que suplanta, pela sua qualidade científica, os vocabulários saídos de reformas precipitadas que tanto o desfearam.

Mário Martins (1908-1990), medievalista insigne das literaturas românicas, particularmente da portuguesa, deixou-nos uma das obras mais sólidas e mais consistentes publicadas na segunda metade do século XX, a tal ponto que qualquer dos seus trabalhos continua a ser actual e não precisa de ser retocado no ínfimo pormenor.

Terá sido Justino Mendes de Almeida (1924-2012), o nosso homenageado de hoje, digno continuador de quantos o precederam na cadeira n.º 1? Pelos motivos que aduzirei imediatamente, respondo: sim, foi-o, sem qualquer dúvida.

Licenciado em Filologia Clássica pela Universidade de Coimbra, em 1949, Justino Mendes de Almeida doutorou-se em 1957, na Faculdade de Letras da

Universidade de Lisboa, com uma tese intitulada *As Informações Linguísticas de Suetónio*. Impressa dois anos depois, trata-se, indiscutivelmente, de uma pedra branca nos estudos clássicos realizados em Portugal em torno da língua latina da época imperial (séculos I e II). Trabalho modelar, revelação de um grande filólogo em domínios tão especializados como a semântica, a estilística, a lexicologia e a etimologia greco-latinas, estuda minuciosamente o texto de Suetónio nos retratos de Júlio César, Octávio Augusto, Tibério, Calígula Cláudio, Nero Galba, Otão, Vitélio, Vespasiano, Tito e Domiciano. Gomo se sabe, Suetónio tornou-se famoso pelo escrúpulo e honestidade desses retratos, os quais transcendem largamente o quadro da história pública tradicional, à maneira de Tácito, para se revelarem uma espécie de história secreta dos Césares. Ora, usando da melhor forma as armas do Método Filológico (de saudosa memória...), podemos dizer que Justino Mendes de Almeida escreveu, *Kere perennius*, uma notabilíssima exegese semântica de termos linguísticos ainda hoje envoltos em mistério. Citei alguns, a título de exemplo: *Augustus Keisar* e seus derivados, *Capua, domus, adgallinas, nomen gentile, insula, gens lulia, imperator, lulus, ad kalendas graecas, boc age! Ubertinus, marKianus, matius, milites, morus, orbis, partikida, Patavio iter fakere, posterus, puella, quirites, sceleratus, spelunca, sporta, Vlixes stolatus*.

Creio que os estudos linguísticos à volta da obra de Suetónio contribuíram fortemente para desenvolver no seu espírito a atracção pela epigrafia latina. Neste domínio, cada vez mais desértico nos dias que correm, os trabalhos de Justino Mendes de Almeida (na sua maior parte em colaboração com o arqueólogo Fernando Bandeira Ferreira) estão arquivados numa revista científica de grande prestígio, editada pela Sociedade Martins Sarmiento, de que Justino foi um dos animadores constantes. Refiro-me à *Revista de Guimarães*, publicação quase centenária, que é também um dos títulos de honra da cultura portuguesa. Estudar epigrafia latina, para mestre Justino, era entrar no campo de batalha onde terçavam armas os melhores classicistas, aqueles para os quais as subtilezas da civilização greco-latina não guardam segredos, excepto – e isso sucede com frequência – quando se lhes deparam inscrições e pictogramas que nunca ninguém viu nem decifrou.

Nesta casa em que hoje nos encontramos, a paixão da epigrafia nasce com Frei Manuel do Cenáculo, no século XVIII, prolonga-se até Leite de Vasconcelos, e chega até nós com Justino Mendes de Almeida. Mas ninguém se iluda: como

ele próprio afirmou várias vezes, os estudos epigráficos entraram em agonia quando começou a declinar o ensino do latim, ausente dos programas escolares nos últimos anos e hoje reduzido a parente pobre dos cursos universitários de Letras.

Foi o trabalho de campo na epigrafia latina que esteve na origem do seu interesse pela onomástica grega, e este, por sua vez, no interesse pelo mito da fundação de Lisboa por Ulisses. O assunto é curioso porque parte da descoberta, na cerca da nossa Academia, de uma inscrição latina (logo transferida para o actual Museu Arqueológico de Lisboa) onde Leite de Vasconcelos leu os antropónimos *Telémaco* (nome do filho de Ulisses) e *Nemésio* (nome proveniente de Némesis, deusa do pudor e da justiça distributiva). Ora, Justino Mendes de Almeida, ao fazer um levantamento exaustivo da onomástica de origem grega em inscrições encontradas em Lisboa, no Alentejo, no Algarve, em Coimbra e até no Minho, pôde fornecer bases sólidas à comprovada influência grega na Península Ibérica, desde o século VII ao século IV a.C. Não reforçou o mito, mas confirmou um dado histórico irrefutável.

Outra constante do pensamento de Justino Mendes de Almeida foi a defesa de um humanismo clássico de todos os tempos, tão apto a interrogar e valorizar os textos de Homero ou de Plutarco como a interpretar Cícero, Suetónio, Tácito, Vergílio, Horácio, Ovídio, Lucrécio, Avieno, Pompónio Mela ou até Clenardo. Todos estes autores moraram à cabeceira do nosso mestre: sobre eles escreveu, sobre eles meditou, sobre eles se debruçou com respeito e veneração. Quanto a Homero, Vergílio e Horácio, é fácil de compreender que as investigações em torno de Luís de Camões, que constituem o núcleo central da obra ensaística de Justino Mendes de Almeida, nunca teriam alcançado a projecção internacional que justamente as premiou, se o autor não desse provas magníficas do conhecimento dos autores clássicos cujos *toipoi* percorrem o intertexto camoniano. Mas, como ensina uma vez mais o método filológico, o suporte de qualquer contribuição inovadora nos estudos camonianos tem de acatar três princípios fundamentais: o respeito sagrado do documento autenticador; o conhecimento da época em que foi produzido; e o cotejo com fontes sincrónicas complementares.

Defensor intransigente destes princípios, Justino Mendes de Almeida esquadrinhou documentos camonianos que outros haviam revelado (dois deles, citados por Faria e Sousa, ninguém mais os viu até hoje), pesou e repesou

argumentos a favor e argumentos contra certos passos da vida de Camões (como a sua passagem por Macau), mas guardou invariavelmente uma posição de prudência, mesmo quando a força da tradição parecia fazer pender a balança para um dos lados. Boa prova da sua honestidade intelectual está na homenagem que presta à imensa cultura de Faria e Sousa, apesar das restrições que lhe fizeram alguns camonistas até 1972, ano das reedições dos seus comentários, com esla-recedores prefácios de Jorge de Sena.

Ao reler os *Estudos Camonianos*, que Justino Mendes de Almeida deu ao prelo em 1993, mais tarde ampliados por aqueles que figuram nas *Páginas de Cultura Portuguesa*, publicadas em 1999, sentimos claramente que no seu espírito pairou sempre um desejo nunca concretizado: o da elaboração de uma edição crítica d'Os *Lusíadas*. Esta preocupação foi crescendo à medida que, em horas infandas de convívio com o poema épico, o saudoso camonista (ou "camonólogo", como ele preferia) ia chegando à conclusão de não haver uma única instância que pudesse considerar-se genuína em termos de restituição textual. Pensava ele que a edição *Ee* de 1572 (a que tem no rosto o pelicano voltado para a esquerda do observador), sendo um bom ponto de partida para o trabalho do editor crítico, não oferecia confiança em muitos pontos; que alguns erros dessa T edição estão corrigidos (não se sabe se pelo próprio Camões) na tradução castelhana do poema, saída em 1580. Não contestando que se actualizasse a ortografia quinhentista – até porque, nesse tempo, cada um escrevia como lhe apetecia –, mestre Justino repetidamente chamou a atenção para aspectos fonéticos que se chocam com a ortografia, a pronúncia e a própria acentuação silábica de hoje.

Outra prevenção imposta pela fixação textual da obra de Camões diz respeito à lírica: aqui tudo se torna mais problemático ainda, uma vez que, tendo as *Rimas* sido publicadas quinze anos após a morte de Camões, as sucessivas edições que delas se figuram incorporam produções que não há a certeza de lhe pertencerem. Aos críticos partidários da redução do cânone lírico às proporções exíguas dos textos que são, com toda a certeza, de Camões – críticos a que Justino chama *idealistas* – opõem-se aqueles que ele designa por *realistas* mais generosos na contagem das rimas camonianas. Entre os primeiros situam-se os brasileiros Emanuel Pereira Filho e Leodegário de Azevedo Filho; entre os segundos os portugueses Costa Pimpão e Vítor Aguiar e Silva. Noutro extremo, onde entram os críticos que entendem publicar não só tudo o que é averiguadamente de Camões,

mas também o que pode ser de Camões e ainda o que apenas parece de Camões, situava-se Teófilo Braga e, em nossos dias, a professora brasileira Cleonice Bear-dinelli. *In medio uirtus* – propunha Justino Mendes de Almeida, secundando o seu mestre Costa Pimpão.

A atracção do nosso confrade pelos estudos de ecdótica e crítica textual não a exerceu ele somente sobre textos camonianos. São disso exemplo as edições, que promoveu da *Vida de Dom João de Castro*, de Jacinto Freire de Andrade, da *Crónica do Condestabre*, de autor anónimo, *Vocabulário da Ungua Canarina*, do *Esmeraldo de situ orbis*, de Duarte Pacheco Pereira, da *Eneida Portuguesa*, de João Franco Barreto, das *Obras* de Abel Botelho, e, nos últimos anos da sua vida, das *Obras Completas* de Camilo Castelo Branco, infelizmente suspensas depois de publicação dos 18 volumes (qualquer coisa como 6 300 páginas, números redondos).

Também a propósito de Camilo escreveu Justino Mendes de Almeida páginas modelares: umas revelam a sua preocupação (darei mesmo: a sua obstinação) em dar a lume os textos de Camilo genuínos, respeitando a vontade do autor quando era caso disso (em edições ditas “de última mão”), mas corrigindo lapsos evidentes, não só os que escaparam à revisão feita pelo próprio autor, mas também a imensa ganga de alterações que se introduziram em sucessivas reedições, fosse por descuido dos editores, fosse por ignorância dos revisores acerca das particularidades lexicais da língua portuguesa ainda vivas no tempo de Camilo. É de justiça lembrar, a este propósito, que a fixação textual empreendida, nos anos 60 e 70 do século XX, por Jacinto do Prado Coelho e seus colaboradores mais próximos melhoram consideravelmente os textos de cerca de 75 das 80 obras que constituíam a edição da Parceria António Maria Pereira. Mas mestre Justino ainda encontrou mais casos de alterações a merecerem rectificação: os 18 volumes da edição camiliana da Lello, que ele dirigiu no tempo em que a editora do Porto era proficientemente gerida por Edgar Lello, são um bom exemplo de quanto podem à competência e à tenacidade de um textólogo atento aos ínfimos pormenores que podem modificar completamente o sentido de uma frase.

O retrato que acabo de esboçar não ficaria completo se esquecesse uma faceta do carácter de Justino Mendes de Almeida que muito o enobreceu pela vida fora: refiro-me às palavras de reconhecimento e profundo afecto com que sempre louvava o exemplo dos seus mestres. De facto, a cada passo o vemos sublinhando elogiosamente quanto ficara a dever aos mestres conimbricenses do seu tempo

de estudante, como Costa Pimpão, Lopes de Almeida e Paiva Boleo; noutras ocasiões, e não poucas, acentuava a sua gratidão a Rebelo Gonçalves, o orientador da tese de doutoramento que Justino consagrou à *Vida dos Doze Césares*, de Suetónio; de outra feita, manifestava a sua veneração pelos arqueólogos Leite de Vasconcelos – *primus inter pares*, o Abade de Baçal ou Mário Cardozo; falando de Camões, prestava homenagem a José Maria Rodrigues, Epifânio Dias, Fidelino de Figueiredo ou Hernâni Cidade; discorrendo sobre o teatro não esquecia nunca D. Carolina Michaelis ou Afonso Lopes Vieira; a propósito de Clenardo, enaltecia a importância do estudo pioneiro de Gonçalves Cerejeira; falando da erudição assombrosa de grandes figuras da crítica, evocava Sousa Viterbo, Alfredo Pimenta ou José Saraiva; se era oportuno referir camonistas brasileiros, saudava respeitosamente Afrânio Peixoto e Pedro Calmon; finalmente, olhando à sua volta, em mais de meio século de convívio fraterno com os bons amigos, não esquecia Ruy de Azevedo, Agostinho da Silva, Veríssimo Serrão, Silva Rego ou Adriano Moreira. Em todos estes nomes, que ressumaram e ressumam ao mesmo tempo a *uirtus* do humanismo e a *are té* das afeições e dos valores morais, não estavam apenas os vultos da cultura que Justino Mendes de Almeida tanto admirava; estava também, em pedaços repartida, a alma dele próprio como *clerc*, a alma do Investigador tão probo quanto modesto, a alma do professor meticoloso que prestigiou com o seu imenso saber a Universidade e as academias científicas de Portugal.

(ELOGIO HISTÓRICO APRESENTADO À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2014)

Saudação ao acadêmico Artur Anselmo de Oliveira Soares

PEDRO SOARES MARTÍNEZ

Recebi desta nossa Academia o grato e honroso encargo de saudar o novo titular da cadeira n.º1, que foi de Teixeira de Queiroz, de Rebelo Gonçalves, de Mário Martins e de Justino Mendes de Almeida, passando agora a pertencer ao nosso Eminentíssimo Confrade Senhor Artur Anselmo de Oliveira Soares. E, meditando quanto ao sobredito encargo, receio bem que também possa estender-se aos mandatários, em geral, a condenação que, em termos inexoráveis, sem admissibilidade sequer de exceções, tem ferido os tradutores, dos quais se diz, conforme é bem sabido, que *tradutori traditori*. Realmente, representar alguém, alinhar palavras em nome de outrem, pela oratória ou pela pena, envolve sempre uma prévia interpretação, ou tradução, donde o símile estabelecido. E a lembrança de uma admissível pertinência desse mesmo símile me impõe começar por pedir a VV. Exas., Eminentíssimos e prezadíssimos Confrades, a possível benevolência no julgamento das minhas falhas no exercício deste mandato, pelo que respeita à interpretação, à tradução, dos vossos sentimentos, do vosso pensamento e da vossa vontade.

Não falharei, por certo, quanto ao que se me afigura essencial no cometimento, ou seja, na afirmação de que a Academia reconhece e ratifica o acerto pelo qual a referida cadeira acadêmica foi confiada ao Senhor Artur Anselmo de Oliveira Soares, em relação ao qual também formula os melhores votos e as fundadas esperanças no pleno êxito dos empreendimentos que venha a propor-se. Esse reconhecimento, essa ratificação e esses votos acham-se nitidamente traçados no espírito e na vontade de todos nós. E, posto que assim é, repouso na tranquilidade da convicção de que, salvaguardado o cumprimento capital do mandato, serão veniais as faltas por mim cometidas nesse cumprimento, eventualmente situadas entre as muitas premissas nas quais assente a conclusão em causa.

Entre essas muitas premissas, algumas respeitarão à continuidade institucional, imposta pelo passado, que a força do devir não tenha demolido, e pelo

futuro, que a nossa extrema debilidade de previsão pretenda alcançar. Porque a solidez das instituições se não conforma com oscilações violentas e bruscas. E bem conhecido dos sábios, no campo das ciências físicas, o princípio segundo o qual *natura non facit saltus*, mas também a História revela constantemente, ao nível das ditas ciências humanas, ou sociais, em relação aos mais diversos lugares e épocas, que os povos e as respectivas civilizações são sempre muito dolorosamente afectados pelas quebras acentuadas da sua evolução natural. Dir-se-ia que a natureza revela toda a sua força implacável quando tentam ofendê-la. Por movimentos arbitrários como por imobilismos desajustados, pois também os imobilismos se mostram incompatíveis com a condição dos homens e das coisas. Pela própria essência, por persistente continuidade, ou por efeito de sucessivos estádios existenciais, a própria vida se confunde com um constante devir, ainda que ordenado por estímulos naturais e não pela pressão de correctivos fantasiosos.

Os fins e as características desta Academia pressupõem que lhe sejam reconhecidas, e concedidas, a independência e a liberdade inseparáveis da prossecução desses próprios fins, sendo certo que essa independência e essa liberdade dependem, sobretudo, do pleno entendimento do sentido institucional por parte dos académicos, de todos e de cada um deles. Não têm, não podem ter, aqui cabimento interesses que não se circunscrevam ao amor da verdade e à capacidade para tentar alcançá-la, em todos os domínios do conhecimento. E nem há tiranias com força bastante para destruir esse estado de espírito, que talvez possa situar-se ao nível das sempre custosas tentativas de alcançar a beleza integral, misto de verdade, de justiça e de harmonia estética. Mas, não esquecendo que esta Academia se situa na cidade dos homens, com todas as imperfeições e insuficiências inerentes, importa reconhecer que também nela as expectativas humanas ficam na dependência dos meios disponíveis, por constante fatalidade mais ou menos escassos, em relação mesmo às ambições racionais, e até quando o equilíbrio dos gastos se sobrepõe a inconscientes prodigalidades.

Sempre se julgou necessário que a independência e a liberdade, reconhecidas e concedidas para serviço do bem comum, se conjugassem com o desafogo material suficiente para sustentação dos empreendimentos respectivos. E daí resultou o acordo dos príncipes cristãos no sentido de que a Igreja dispusesse, no centro

da Península Apenina, dos territórios nos quais assentaram os Estados Pontifícios. E *mutatis mutandi*, também preocupações semelhantes terão levado o poder político, no passado, a dotar a Academia das Ciências de Lisboa de um património próprio, conforme estudos e investigações que, há duas dezenas de anos, ou pouco mais, foram levadas a cabo pelo académico Alberto Iria, a cujos talentos e extrema dedicação se nos impõe fazer justiça.

Tanto quanto sei, estas considerações, ou semelhantes, sobre alguns aspectos primaciais da vida desta Academia têm sempre pesado, mais ou menos acentuadamente, nas preocupações dos Confrades como na sucessão dos titulares das cadeiras académicas, e por certo na sucessão estabelecida para a cadeira n.º 1 da Classe de Letras. Mesmo em épocas nas quais se multiplicam as confrontações, em que se mostra aprazimento em registar diferenças, discrepâncias, tantas vezes ilusórias, esquecendo semelhanças e aproximações, quando se confunde, no plano internacional, a necessária, a forçosa, globalização com o puro domínio e com grotescas uniformidades, ofensivas da liberdade dos povos, toma-se grato ao espírito de paz, de concórdia, de harmonia na diversidade, assinalar as similitudes, os pontos de contacto, entre as grandes figuras do saber e do pensamento. Estou neste momento recordando, sobretudo, a sucessão de titulares da cadeira n.º 1 desta Classe de Letras. E estou lembrando, muito em especial, as facetas mais características, mais comuns, de duas personalidades notáveis – o ribatejano, o sulista, Justino Mendes de Almeida, homem de Benavente, e o minhoto, o nortista, Artur Anselmo de Oliveira Soares, natural de Valadares, mas também sulista pela origem alentejana. Somos assim em Portugal. Ou seja, pela estreiteza do nosso *hinterland*, ou pela extraordinária largueza da nossa História e da nossa expansão ecuménica, aquilo que naturalmente nos separa é pouco, quanto ao físico; e muito menos ainda quanto ao espírito. Talvez porque conhecemos, através dos tempos, grandes e variadas extensões, não nos confundem as diversidades, melhor nos entendemos e melhor nos aproximamos. Por isso, quando, por desdita, nos dividimos, recorreremos a ideias e a gentes importadas, passadas aos direitos, por via de contrabandos.

Mas, para além do que é comum entre portugueses, difíceis de distinguir entre nortistas e sulistas, como através das destrições de ordem étnica, e outras, muitos mais e bem marcados são os traços individuais e culturais a aproximar Justino Mendes de Almeida e Artur Anselmo de Oliveira Soares. Ambos foram

dominados por ideais comuns, de fidelidade à essência da nação portuguesa, ambos encontraram na universidade o complemento da sua cultura familiar e geral. Justino, em Coimbra, através da sua licenciatura em filologia clássica, Anselmo, em Lisboa, através da sua formatura em filologia românica. Ambos ganharam jus ao capelo doutoral e ambos foram atraídos para as nobres tarefas de ensinar, de formar, um escol nacional capacitado para saber apreciar com esclarecimento, liberdade e plena responsabilidade das suas opções. Porque é esse o fim primordial das universidades – o de transmitir, de geração em geração, o acervo cultural acumulado, dotando os povos, as nações, de elementos esclarecidos, livres e responsáveis. Não ao sabor de miríficos direitos individuais, à conquista de graus e títulos escolares, mas por indeclinável dever que impende sobre todos os membros das comunidades nacionais de servir os legítimos interesses comuns, de harmonia com as aptidões de cada qual.

Tanto Justino Mendes de Almeida como Artur Anselmo exerceram as suas funções docentes, com toda a dignidade e aprumo, em diversas escolas e instituições superiores. Um deles as interrompeu pelo cumprimento de outras tarefas, de alto funcionário, mas também respeitantes ao sector do ensino; o outro, mais ou menos pela mesma época, entre 1961 e 1974, foi quase absorvido pelo jornalismo de alto nível cultural e extensa diversidade de temas. Ambos se revelaram, com variantes embora, doutos bibliófilos, de requintada sensibilidade nas manifestações do seu amor pelos livros e no apuramento das suas críticas de autorizados bibliógrafos. Ambos deram provas de sapientíssimos e dedicados membros desta Academia, em plena consciência de saber servir e em cumprimento dos deveres próprios dos correspondentes e dos mais pesados que impendem sobre os efectivos. Ambos mostraram, em diversas circunstâncias – insistirei – pleno entendimento dos deveres da Academia e dos seus membros, únicos fundamentos onde poderão assentar os direitos que lhes sejam atribuídos.

Os traços comuns assim brevemente assinalados incluem garantias bastantes quanto à desejável continuidade na sucessão da cadeira n.º1, que só oferecerá à Academia expectativas de mais sucessos ainda, a acrescer aos já colhidos pelas altas qualidades dos anteriores titulares.

O elogio académico de Justino Mendes de Almeida foi traçado, nesta mesma sessão, em termos primorosos, pelo seu sucessor, que, assim, através da sua doura e elegante oração, melhor sublinhou o seu muito talento. E é o novo titular da cadeira n.º1, o Senhor Artur Anselmo de Oliveira Soares, que me cumpre agora saudar, lembrando, a propósito, mais alguns traços salientes dos trilhos culturais por ele percorridos.

Já referi, momentos atrás, que o ora recipiendário é natural de Valadares do Minho, omitindo qualquer referência a Monção. E apraz-me assegurar a VV. Exias. que muito conscientemente premeditei a omissão, embora com todo o respeito por essa nobre vila, pela sua pacífica heroína Deu-la-Deu Martins e pela sua Torre de Lapela. Afigura-se-me, porém, que quem nasceu em Valadares do Minho, por sinal no ano de 1940, coincidindo com as celebradas comemorações do duplo centenário, e em Valadares tem raízes, não precisa de acrescentar qualquer outra naturalidade. Porque Valadares, que já terá sido município visigótico, que recebeu forais de D. João I e de D. Manuel, que prestou, através dos tempos, assinaláveis serviços à comunidade nacional, só desapareceu do rol dos concelhos portugueses, juntamente com muitos outros, em meados do século XIX, por Decreto da regência de Fernando de Saxe-Coburgo. As mágoas dessas supressões persistem, ao fim de 160 anos, entre os povos de muitos desses concelhos então extintos. E julguei aperceber-me dessas mágoas entre as linhas de alguns dos valiosos artigos publicados por Artur Anselmo, entre 1961 e 1974, numa vasta, multifacetada mas coerente onda cultural, que muito enriqueceu o jornalismo português. Nem estranhei, pois com alguma frequência tenho deparado, junto de naturais desses concelhos extintos, no Norte como no Sul, reflexos amargos da injustiça sofrida nos planos colectivos das respectivas comunidades. Afinal, há mais coisas no Céu e na Terra para além daquelas que costumam, ou costumavam, ser discutidas nas tertúlias de Lisboa. Artur Anselmo muito cedo terá aprendido, pela História da sua própria terra natal, que nem sempre as opções do poder, ainda quando legítimo, merecem inequívoca aceitação. E não será esse ensinamento que apenas deva importar aos bacharéis em leis e à gente do foro, pois deve manter-se presente no espírito de todos e, especialmente, no dos educadores, aos quais há-de caber a vocação de contestar, embora só depois de reunidos e ponderados todos os elementos indispensáveis ao apuramento da verdade. Também, ou sobretudo,

esta Academia, com a independência que deve a si própria, e à comunidade, à qual há-de servir, terá de continuar a revelar-se paradigmática, através de todos os esforços, que lhe são exigíveis, para, com a maior largueza de fundamentos e razões pertinentes, apontar erros e definir ajustamentos, ao menos em termos cimeiros de probabilidades, que, a nível pragmático, se confundam com as certezas científicas proclamadas pelo século XIX.

Também nesta vertente haverá motivos de regozijo, pelo facto de o novo titular da cadeira n.º 1 da Classe de Letras ser o Senhor Artur Anselmo de Oliveira Soares, cujo espírito independente se tem afirmado através de uma ramificada carreira e através da sua valiosa produção jornalística, que desse espírito costuma constituir apreciável pedra de toque. E o dito espírito independente, cioso do que é nosso, por nos ser devido, e respeitador do alheio, nem andarás apartado, em Artur Anselmo, das suas lembranças e saudades de Valadares, sobranceira ao rio Minho, na raia fronteiriça, numa aproximação fraternal das terras e das gentes galegas, mas com rigor impecável na medição das extremas nacionais.

À semelhança de outros grandes vultos da intelectualidade portuguesa, Artur Anselmo iniciou pelos estudos jurídicos a sua escolaridade universitária e, embora os tenha abandonado, notam-se, em muitos passos da sua vasta obra literária, a marca deixada por esses estudos iniciais. E nem os anos que passou fora, nem as cátedras brasileiras nem os louros doutorais colhidos em Paris, onde defendeu a sua já clássica dissertação sobre as origens da imprensa em Portugal, o terão apartado dos rumos fundamentais, que sempre se revelaram através da sua presença magistral em instituições como a Universidade Nova, a Universidade Católica e a

Escola Superior de Polícia, nas quais afirmou o alto nível dos seus ensinamentos de Literatura e de Comunicação Social, de História da Cultura, de História do Livro e ainda de outras disciplinas mais.

Saudando o seu Eminente Confrade, o Senhor Artur Anselmo de Oliveira Soares, por motivo de acabar de ser-lhe confiada a cadeira n.º 1 da Classe de Letras, por sucessão de outro muito Ilustre Académico, Justino Mendes de Almeida, os membros desta Classe, e todos os membros desta Academia das Ciências de Lisboa, formulam os melhores votos de pleno sucesso em todas as missões que venham a ser-lhe confiadas, com os pesados encargos que recaem, especialmente,

sobre os sócios efectivos. Desejamos-lhe, segundo expressão muito vulgarizada, que tenha sorte; mas em inteira consciência de que a sorte costuma mostrar-se exigente em extremo quanto às qualidades daqueles por ela bafejados. É também sabendo isso que lhe desejamos todos os sucessos de que é merecedor. Não precisa de mais.

(SAUDAÇÃO AO RECIPIENDÁRIO PROFERIDA NA SESSÃO PLENÁRIA PÚBLICA
DE 30 JANEIRO DE 2014)